

PORTARIA DE 13 DE SETEMBRO DE 1988

O Presidente da "Comissão Executiva para Assuntos de Vigilância e Transporte de Valores", no uso das atribuições conferidas à Comissão, pelas letras "a" e "b", do inciso I, do artigo 2º, da Portaria MJ nº 601, de 12 de dezembro de 1986, e face os termos da Portaria MJ nº 602, de 12 de dezembro de 1986, resolve:

Nº 605 - Conceder prorrogação de prazo à empresa LA GUARDIA - VIGILÂNCIA E SEGURANÇA S/C LTDA no Estado do PARANÁ, CGC nº 78.276.490/0001-40, Processo MJ nº 08385-02137/88/MJ/DPF/SR/PR, especializada em prestação de serviços de vigilância para cursar e reciclar seus vigilantes segundo os termos da Portaria MJ nº 893, de 02 de dezembro de 1987, no período máximo de 180 (cento e oitenta) dias a contar de 08 de junho de 1988.

(Nº 46.143 - 03-10-88 - CZ\$ 18.420,00)

KURT PESSEK

PORTARIA DE 15 DE SETEMBRO DE 1988

O Presidente da "Comissão Executiva para Assuntos de Vigilância e Transporte de Valores", no uso das atribuições conferidas à Comissão pelo inciso III, do artigo 2º da Portaria MJ nº 601, de 12 de dezembro de 1986 e face os termos da Portaria MJ nº 602, de 12 de dezembro de 1986, resolve:

Nº 615 - Conceder autorização para compra de armas e munições a empresa ARKI - SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA, CGC nº 33.834.144/0010-93, (Proc. MJ nº 08500-13870/88), especializada em prestação de serviços de vigilância, conforme Portaria MJ nº 133, de 12 de abril de 1988, em estabelecimento comercial no Estado de SÃO PAULO. As armas nas quantidades abaixo mencionadas destinam-se ao uso exclusivamente em serviço pela empresa, limitado ao Estado de SÃO PAULO, devendo o Departamento de Polícia Federal cumprir de plano as exigências contidas no artigo 54, do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983: 40 revólveres calibre 38 e 480 cartuchos calibre 38, de fabricação nacional.

(Nº 46.489 - 03-10-88 - CZ\$ 24.560,00)

KURT PESSEK

PORTARIA DE 23 DE SETEMBRO DE 1988

O Presidente da "Comissão Executiva para Assuntos de Vigilância e Transporte de Valores", no uso das atribuições conferidas à Comissão, pelas letras "a" e "b", do inciso I, do artigo 2º, da Portaria MJ nº 601, de 12 de dezembro de 1986, e face os termos da Portaria MJ nº 602, de 12 de dezembro de 1986, resolve:

Nº 647 - Conceder autorização para funcionamento à empresa PRINCIPAL CENTRO DE TREINAMENTO S/C LTDA, CGC nº 80.916.406/0001-58, (Proc. MJ nº 08390-3832/88), especializada em curso de formação de vigilantes, para exercer as atividades, exclusivamente, no Estado do PARANÁ.

(Nº 46.487 - 03-10-88 - CZ\$ 18.420,00)

KURT PESSEK

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

ATA DA 134ª REUNIÃO (20.08.88) TARDE

As 18:00 do dia 20 de agosto de 1988, em sua quarta sessão descentralizada reuniu-se o CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA, em Londrina/PR, por ocasião do II Congresso Brasileiro de Criminologia. Conselheiros presentes: EDUARDO AUGUSTO MUYLAERT ANTUNES - Conselheiro Presidente; JOSÉ ARTHUR ALVES DA CRUZ RIOS, NILZARDO CARNEIRO LEÃO, ROGÉRIO LAURIA TUCCI, RENÉ ARIEL DOTTI, RUY DA COSTA ANTUNES e SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO. Convidados presentes: Doutores CARLOS FREIRE HOFMEISTER - Procurador da Justiça do Estado do Rio Grande do Sul e ERNANE SILVA ALVES, Presidente do Conselho Penitenciário do Estado do Paraná e JOSÉ HAMILTON DO AMARAL, Vice-Presidente do Instituto de Vitimologia do Brasil e Presidente da Comissão Científica do Congresso acima mencionado. Ausências justificadas: Conselheiros ANTÔNIO EVARISTO DE MORAES FILHO, ELQAR GUAZELLI, ELIZABETH DA CUNHA, SUSSEKIND, EDMUNDO ALBERTO BRANCO DE OLIVEIRA, JOÃO BENEDITO AZEVEDO MARQUES e MIGUEL FREDERICO DO ESPIRITO SANTO. I - Manifestação Conselheiro RENÉ ARIEL DOTTI - pelo Conselheiro em apreço, também Secretário da Cultura do Estado do Paraná, foi dito que o CNPCP desde sua instalação até o presente teve um avanço significativo em seu caminho, quer quanto a reformulação da legislação penal, quer quanto ao tratamento do delinquente que vem merecendo atualmente especial atenção do Conselho. Como integrante do Governo daquele Estado, disse sentir-se honrado com a presença do Conselheiro em Londrina bem como por sua integração aos trabalhos do II Congresso Brasileiro de Criminologia. Disse ainda ser aquela uma excelente oportunidade para um maior entrosamento entre o CNPCP e as autoridades do Sistema Penitenciário do Estado, representadas pelo Presidente do Conselho Penitenciário que se fazia presente à sessão. II - Expedientes relatados: I - Conselheiro JOSÉ ARTHUR ALVES DA CRUZ RIOS - a) questionário ILANUD - Assunto: Vítimas de delitos e abusos de poder - Conclusão do parecer - "Aproveito o ensejo para ressaltar que, por mais de uma vez, tanto este Conselho como o DEPEN são surpreendidos por indagações sob a forma de consultas ou questionários a respeito de problemas os mais diversos. Para atender cabalmente a esses pedidos, acham-se muitas vezes os referidos órgãos, pela sua própria natureza, singularmente desamparados, às sobrecargas que já se encontram por suas normais atribuições". VOTO: "Seria, portanto, aconselhável, quando oportuno que se pudesse incumbir pesquisadores ou institutos universitários de pesquisa, de notória qualificação, dessas tarefas que demandam tempo, recursos e experiência e que poderiam ser levadas a cabo mediante contratação". Decisão-CNPCP: pela

aprovação unânime. b) Proposta de Elaboração de Classificação de Estabelecimentos Prisionais - Parecer: "Por sugestão, oriunda de reunião do CNPCP, de 25 de julho de 1988, ficou acertado que se utilizasse os relatórios das Comissões do Conselho incumbidos de visitar os estabelecimentos prisionais, o material cinematográfico que vem sendo colhido por técnico do DEPEN e os relatórios das Secretarias de Justiça sobre os estabelecimentos prisionais dos respectivos Estados para classificá-los em cinco categorias: Excelente - Bom - Regular - Mau - Deficiente. Sugere-se agora que na atribuição desses conceitos, e a fim de torná-los mais rigorosos, o DEPEN elaborasse uma gradação simples de notas e pesos baseada nas Regras Mínimas para tratamento de reclusos estabelecidas pela ONU, acrescidas ou modificadas pela experiência daquele órgão. Com isto se ganharia em objetividade e se eliminaria qualquer subjetivismo na classificação dos estabelecimentos". Decisão-CNPCP: pela aprovação unânime e encaminhamento ao DEPEN. 2) Conselheiro RUY DA COSTA ANTUNES - a) vista ao Parecer emitido pelo Conselheiro ROGÉRIO LAURIA TUCCI - Assunto: Estudo "Visita Íntima" - VOTO: pela ratificação do Parecer em sua íntegra. Decisão-CNPCP: pela aprovação unânime; b) Estudo "Legislação psiquiátrica" - VOTO: pela reformulação do texto legal existente e participação do CNPCP nos trabalhos a serem desenvolvidos em Recife, "Jornadas Psiquiátricas" onde será debatido a referida legislação. Decisão-CNPCP: pela designação do Relator para representar o CNPCP e apresentação de posterior relatório; c) Delitos de Trânsito (estudo) - VOTO: levantado pelo Relator a questão da legislação de trânsito e submetida à matéria a votação, o Conselho deliberou pelas seguintes providências: 1ª) acompanhamento do assunto no Congresso Nacional; 2ª) contato do Conselheiro SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO com a Comissão Instituída pelo Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo e incumbida do exame da Parte Especial do Código Penal, para examinar a possibilidade de realizar um seminário pertinente a delitos de trânsito, e 3ª) propostas concretas dos Conselheiros para aperfeiçoamento do projeto. III - Corte de verbas "operação desmonte" - pelo Presidente foi demonstrado a sua preocupação com as notícias de corte de verbas no Orçamento Geral da União para o Sistema Penitenciário, no exercício de 1989, tendo em vista que as construções e reformas iniciadas, além de não cobrirem o déficit existente, em haven do corte, retardaria ainda mais a possibilidade de implementar o programa de reforma e construção que o DEPEN vem desenvolvendo. Ante o exposto o Conselho deliberou baixar a Resolução que segue: "O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, pela unanimidade dos membros presentes à reunião de Londrina, Estado do Paraná, realizada conjuntamente com o II Congresso Brasileiro de Criminologia, deliberou manifestar ao Plenário do Congresso e ao Exmº Sr. Ministro da Justiça sua enorme preocupação com as notícias de corte das verbas destinadas ao setor penitenciário, no orçamento da União. O Conselho não aceita a paralização do Programa Penitenciário do Ministério da Justiça, com obras atualmente em execução na maioria dos Estados brasileiros, para enfrentar o problema crônico do abandono, da superlotação e da ociosidade nos presídios brasileiros. O Conselho reafirma que o investimento no setor de justiça em geral, e no setor penitenciário em particular, é a medida da prioridade real do setor, sendo indispensável para fazer reverter as condições negativas que têm dado causa a inúmeras rebeliões e trazido intransigibilidade à população. Londrina, 21 de agosto de 1988 - Eduardo Augusto Muyaert Antunes - Presidente/CNPCP". Antes de encerrar a sessão o Presidente informou que as reuniões do Conselho relativas ao mês de setembro serão realizadas em Goiânia/Go, nos dias 25, 26 e 27. Face a exiguidade de tempo, o Presidente encerrou a sessão. Merecendo aprovação a presente ata será assinada pelo Presidente e por mim Secretária.

EDU AUGUSTO MUYLAERT ANTUNES
PresidenteLUCINDA LEMOS DOS SANTOS ROCHA
Secretária-Executiva

ATA DA 135ª REUNIÃO (20.08.88) NOITE

As 20:00 do dia 20 de agosto de 1988, em sua quarta sessão descentralizada reuniu-se o CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA, em Londrina/PR, em sessão solene de abertura do II Congresso Brasileiro de Criminologia. Conselheiros presentes: EDUARDO AUGUSTO MUYLAERT ANTUNES - Conselheiro Presidente; JOSÉ ARTHUR ALVES DA CRUZ RIOS, NILZARDO CARNEIRO LEÃO, ROGÉRIO LAURIA TUCCI, RENÉ ARIEL DOTTI, RUY DA COSTA ANTUNES e SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO. Ausências justificadas: Conselheiros ANTÔNIO EVARISTO DE MORAES FILHO, ELQAR GUAZELLI, ELIZABETH DA CUNHA, SUSSEKIND, EDMUNDO ALBERTO BRANCO DE OLIVEIRA, JOÃO BENEDITO AZEVEDO MARQUES e MIGUEL FREDERICO DO ESPIRITO SANTO. I - Sessão Solene de Instalação - composição da mesa: Senador da República LEITE CHAVES, Deputado Federal JOSÉ TAVARES, Secretário de Justiça do Estado do Paraná e Representante do Governador do Estado do Paraná - LUIZ CHEMIN GUIMARÃES, Doutores HEBER SOARES VARGAS - Presidente do Congresso; EDUARDO AUGUSTO MUYLAERT ANTUNES - Presidente do CNPCP/MJ; EDUARDO MAYR - Presidente da Associação dos Magistrados do Brasil; RENÉ ARIEL DOTTI - Secretário da Cultura do Estado do Paraná e membro do CNPCP/MJ; ANTÔNIO LOPES NORONHA - Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná; JORGE BOUNASSAR FILHO - Reitor da Universidade de Londrina; MAURO TICIANELLI - Professor de Direito Penal da UEL; e ainda, o Prefeito Municipal de Londrina. II - Alocuções: a) Em nome da organização o Presidente da Comissão Executiva do II Congresso Brasileiro de Criminologia, Professor HEBER SOARES VARGAS, ao saudar as Ilustres Autoridades presentes bem como aos participantes do evento, informou que o Congresso reunindo em Londrina juristas e cientistas sociais dos vários pontos do país iria debater as questões relacionadas com o Crime, o Criminoso, a Vítima, a Criminalidade e o Modelo Penitenciário para o Brasil. Defendeu a idéia de que as Universidades brasileiras devem aceitar o desafio da instalação de penitenciárias em seus campus universitários, adotando-se destarte, idéias inovadoras. Concluindo agradeceu a cooperação das entidades que patrocinaram a realização do evento e, em especial, a presença dos cientistas e demais participantes do Congresso; b) Pelo Reitor da UEL - Professor JORGE BOUNASSAR FILHO, foi dito que o papel da Universidade vem sendo cada vez mais relevante para a sociedade e que nos dias vigentes com o recrudescimento da violência se fazia mister fossem adotados mecanismos de suporte à assistência ao apenado e ao egresso. Disse ainda que será reativado naquela Universidade o curso de pós-graduação em Criminologia, Vitimologia e Psicologia Clínica. Ao concluir desejou aos participantes, proveitosa permanência naquele conclave; c) Em nome dos convidados falou o Presidente da Associação dos